

# 223 Congresso só vota parte do Orçamento Nacional

BRASÍLIA — A sessão do Congresso convocada para votar a suplementação orçamentária durou quase duas horas e só aprovou um texto: o projeto que concede Cr\$ 1,5 bilhão ao Instituto Nacional de Pesquisa Industrial (INPI). Os Cr\$ 2,5 trilhões que o Governo pedira para custear as despesas de administração dos três Poderes, inclusive do Legislativo, não foram aprovados. Os poucos parlamentares que estavam no plenário — 171 deputados e cerca de dez senadores — passaram uma hora discutindo e o resto do tempo atendendo ao Deputado Gastone Righi (PTB-SP), que passou mal no plenário.

Antes do incidente, a sessão foi marcada por discursos calorosos de parlamentares do PMDB, do PFL e do PRN em defesa da aprovação do projeto — um texto que libera ao Governo Cr\$ 2,5 trilhões — dos quais Cr\$ 3 bilhões incluídos pelos parlamentares para obras em suas bases eleitorais.

A máquina está parada. Esta Casa está parando. Não há dinheiro para pagar aos trabalhadores, passagens aéreas para os parlamentares, verbas para o telefone dos gabinetes, papel, água. Está tudo parado — dizia o Deputado Luís Henrique A. (PMDB-SC).

O Líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS) gritava que o Orçamento não é do Governo nem da Oposição, mas da sociedade, que necessita dos serviços e da máquina do Executivo, do Legislativo e do Judiciário que está praticamente paralisada por falta de verbas. No microfone, o Deputado Humberto Souto (PFL-MG) fazia os mesmos apelos.

A insistência dos partidos em aprovar o texto não sensibilizou petistas e pedetistas, que organizaram o pedido de verificação de votação, quando o texto foi aprovado por voto simbólico. Na votação nominal, não houve número suficiente para aprovar a matéria. O Governo precisaria reunir 248 parlamentares em plenário — número mínimo para a votação de um texto — e apenas 171 deputados registraram o voto.

Ontem, o Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, disse ao Presidente da República em exercício, Itamar Franco, que o Governo tem razões suficientes e motivos sociais relevantes para editar medida provisória estabelecendo a revisão orçamentária, em substituição ao projeto que tramita no Congresso Nacional. Chiarelli desenhou um quadro dramático, salientando a situação de calamidade e absoluta penúria da merenda escolar.